



Câmara Municipal de Rio Branco  
Diretoria Legislativa  
Comissões Técnicas



## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 127 do Regimento Interno, determino que a proposição tramite no âmbito da **Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Criança, Adolescente e Juventude e Comissão de Urbanismo, Infraestrutura, Trânsito e Transporte.**

Rio Branco, 1º de dezembro de 2025.

  
**Vereador JOABE LIRA**

Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco



Câmara Municipal de Rio Branco  
Diretoria Legislativa  
Comissões Técnicas



## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relator do **Projeto de Lei Complementar nº 27/2025**, de autoria do Vereador Samir Bestene, o Vereador **Fábio Araújo**.

Rio Branco, 09 de dezembro de 2025

  
**Vereador AIACHE**  
Presidente da CCJRF

**MANIFESTO CIÊNCIA**  
da relatoria designada acima, em  
09 / 12 / 2025.  
  
**Vereador Fábio Araújo**



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
COMISSÕES TÉCNICAS



**PARECER Nº 150/2025/CCJRF/CUITT/CDHCCAJ**

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, COMISSÃO DE URBANISMO, INFRAESTRUTURA, TRÂNSITO E TRANSPORTE e a COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE apreciam o Projeto de Lei Complementar nº 27/2025.

**Autoria:** Vereador Samir Bestene

**Relatoria:** Vereador Fábio Araújo

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca do Projeto de Lei Complementar nº 27/2025, que **“Dispõe sobre a obrigatoriedade do código braille nas placas comemorativas, de inauguração, de identificação e mapas táteis juntos as placas de orientação dos edifícios utilizados pela Administração Pública, no âmbito do município de Rio Branco, e dá outras providências”**.

A proposição objetiva promover a inclusão social e garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência visual, conforme detalhado na justificação que acompanha o projeto.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar nº 27/2025 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, com competência comum para cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência e competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 23, II e art. 30, I e II, da CF, art. 22, I e II, CE e art. 10, I e II, LO).

Também não há vício de iniciativa, pois, conforme art. 35 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa para legislar sobre a matéria é concorrente, podendo ser exercida por qualquer Vereador, pela Mesa Diretora, pelas Comissões Permanentes, pelo Chefe do Poder Executivo ou por meio de iniciativa popular.

A matéria versada no projeto – acessibilidade em edificações públicas – não consta do rol taxativo de matérias de lei complementar, devendo-se, portanto, observar-se o quórum de lei ordinária.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
COMISSÕES TÉCNICAS



### 3. MÉRITO

As normas propostas visam garantir o direito à informação e a autonomia das pessoas com deficiência visual, em harmonia com os princípios da dignidade da pessoa humana e da isonomia, previstos nos arts. 1º, III, e 5º, *caput*, da Constituição Federal.

#### Adequação orçamentário-financeira

O projeto não acarreta a criação de despesas, inexistindo violação das normas de Direito Financeiro, a obrigação apenas se aplicará nos casos de construção ou reforma cujo projeto arquitetônico seja aprovado futuramente.

#### Técnica legislativa

O Projeto de Lei Complementar n. 27/2025, em sua versão inicial, carecia de aprimoramentos para adequá-lo às normas de técnica legislativa.

Assim, em razão da quantidade e da natureza das alterações necessárias para corrigir os vícios formais e de redação, que afetam a estrutura e a clareza da proposição, procede-se à substituição integral do texto apresentado, a fim de conferir maior precisão, sistematicidade e juridicidade ao texto normativo.

### 3. VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 27/2025, na forma do substitutivo sugerido.

É como voto.

Submeto aos nobres pares.

Rio Branco, 08 de dezembro de 2025.

  
Vereador **FÁBIO ARAÚJO**  
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
COMISSÕES TÉCNICAS



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 27/2025

Dispõe sobre a utilização do sistema braile e de mapas táteis para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência visual em edifícios públicos do Município de Rio Branco.

**O Prefeito do Município de Rio Branco - Acre**

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º As placas de inauguração, comemorativas e de identificação de edifícios públicos do Município conterão inscrições em braile.

§ 1º A obrigação prevista no *caput* aplica-se às construções e reformas de edifícios públicos cujos projetos sejam aprovados após a vigência desta Lei.

§ 2º As placas já existentes serão adaptadas ao disposto no *caput* quando forem substituídas ou passarem por manutenção.

Art. 2º Os edifícios públicos afixarão mapas táteis com legendas em braile junto às placas de orientação de suas estruturas físicas.

Art. 3º As placas e os mapas táteis de que trata esta Lei serão instalados em locais de fácil acesso e à altura que possibilitem o contato tátil por pessoas com deficiência visual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Câmara Municipal de Rio Branco  
Diretoria Legislativa  
Comissões Técnicas



## CERTIDÃO

Certifico que o **Projeto de Lei Complementar nº 27/2025**, foi aprovado na **Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF**, **Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Criança, Adolescente e Juventude – CDHCCAJ** e na **Comissão de Urbanismo, Infraestrutura, Trânsito e Transporte - CUITT**.

É a verdade que certifico.

Rio Branco, 12 de dezembro de 2025.

**Williane Antonia Soares Pereira**  
Coordenadora das Comissões Técnicas  
Portaria nº 64/2025

---

## DESPACHO

Exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o **Projeto de Lei Complementar nº 27/2025** e seu respectivo parecer.

A ata com registro de votos será juntada pelo Setor de Redação Oficial.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco, 12 de dezembro de 2025.

**Williane Antonia Soares Pereira**  
Coordenadora das Comissões Técnicas  
Portaria nº 64/2025

ACUSO RECEBIMENTO, em

\_\_\_/\_\_\_/2025.

\_\_\_\_\_  
Diretoria Legislativa